



Representações de casais inter-raciais na revista Manchete: o amor não tem cor?

Representations of interracial couples in Manchete magazine: Does love have no color?

Joana dos Santos Rosário

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGCOM-UFOP) com bolsa da CAPES. É bacharel em Jornalismo pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da mesma universidade. Integra o GIRO - Grupo de Pesquisa em Mídia e Interações Sociais (CNPq/UFOP). E-mail: joanasantosrosario@gmail.com

Frederico de Mello Brandão Tavares

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde integra o Núcleo de Docentes Permanentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), além de atuar no curso de Graduação em Jornalismo. É um dos líderes do GIRO - Grupo de Pesquisa em Mídia e Interações Sociais (CNPq/UFOP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2). E-mail: fredtavares.ufop@gmail.com

Resumo

Entender as representações dos relacionamentos afetivos heterossexuais inter-raciais ao longo de quatro décadas na extinta revista Manchete (1952–2007) é a proposta deste artigo, ancorado em uma reflexão sobre os mecanismos de produção e/ou reprodução de sentidos em torno das relações étnico-raciais no Brasil. Busca-se perceber como tais sentidos foram textualmente produzidos pela revista e seu jornalismo. Constata-se que Manchete, a partir de um olhar individualista e superficial diante das experiências dos



casais inter-raciais, representa essas uniões afetivas como um valor a ser conquistado e mantido para a efetivação de uma sociedade brasileira pretensamente plural e multirracial.

Palavras-chave: Relacionamentos Inter-raciais; Democracia Racial; Representação; Revista Manchete.

Abstract

The purpose of this article is to understand the representations of interracial heterosexual relationships over four decades in the now defunct *Manchete* magazine (1952-2007), which is anchored in a reflection on the mechanisms of production and/or reproduction of meanings around ethnic-racial relations in Brazil. The aim is to understand how these meanings were textually produced by the magazine and its journalism. It emerges that *Manchete*, based on an individualistic and superficial view of the experiences of interracial couples, represents these affective unions as a value to be conquered and maintained for the realization of a supposedly plural and multiracial Brazilian society.

Keywords: Interracial Relationships; Racial Democracy; Representation; *Manchete* Magazine

Recebido em: 21/09/2023 e aprovado em: 17/06/2024

1. Introdução

Em 1984 Gilberto Braga trouxe em horário nobre a história de um amor multirracial. Sônia (Zezé Motta) e Cláudio (Marcos Paulo). O racismo foi discutido, falado e mais que comprovado. A ideia de Gilberto era exatamente essa! Adivinhem só, o casal não foi aceito pelo público. Naquele momento, um jornal ouviu telespectadores sobre o casal e ficaram todos espantados com as respostas que chegavam. Uma das pessoas dizia que Marcos deveria estar sem dinheiro para aceitar beijar uma negra (Zezé) na trama. O saudoso Marcos Paulo chegou a receber recados maleducados de fãs em sua secretária eletrônica. "As reações foram fortíssimas", confirmou o galã da época. Não parou por aí... Na trama, a família do Cláudio era contra a Sônia. Principalmente o pai dele, que era interpretado pelo Hugo Carvana, e era uma coisa assim sem pudor. Quando Cláudio perguntava ao pai o que ele



tinha contra o pai dizia: 'Não gosto, não quero que você se case com ela porque ela é negra. Não quero netos mulatinhos'¹.

Apesar de passados quarenta anos desde a aparição do casal Cláudio e Sônia na novela *Corpo a Corpo* (1984), de Gilberto Braga, na Rede Globo, representações que focalizam relacionamentos inter-raciais como meio apaziguador das tensões étnico-raciais existentes no Brasil ainda persistem. Os dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que cerca de 70% dos casamentos no país são endógamos (entre pessoas de mesma cor), o que denuncia a idealização das relações raciais no Brasil². Neste contexto, desde o século XIX, a mídia nacional, em sentido amplo, opera como catalisadora de expressões políticas e institucionais acerca das relações étnico-raciais, o que contribui e contribuiu, direta e indiretamente na legitimação da desigualdade racial (Sodré, 1999). Ou seja, em certa medida, é na mídia que se constrói uma parcela significativa das relações étnico-raciais presentes no país.

Este artigo problematiza o papel da revista *Manchete* na construção identitária brasileira, tendo em vista suas representações acerca das relações étnico-raciais no país, identificando aspectos temáticos e editoriais da publicação a partir de reportagens publicadas em um intervalo de quatro décadas. A pesquisa recupera o debate sobre raça no Brasil, bem como sobre a presença da mídia enquanto espaço de articulação política e cultural acerca da temática, entendendo que “[...] discutir as dinâmicas da mídia frente às questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no Brasil” (Ramos, 2007, p. 8-9). A escolha pela *Manchete* se deu tendo em vista o resultado de uma análise metodológica desenvolvida na pesquisa *XXX (nome suprimido para preservar a autoria)*³.

Nela foi feito levantamento documental sobre a revista *Manchete*, no acervo da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. Através dos mecanismos de busca por

¹ Relato publicado pela artista Zezé Motta em seu perfil no Instagram, @zezemotta, no dia 28 de outubro de 2021.

² Schucman (2018), em seu livro sobre as relações inter-raciais no Brasil, indica que em 1960, 8% dos casamentos nacionais eram inter-raciais e que este número subiu para 31% em 2010 – segundo dados de pessoas que se autotranscrevem como sendo de diferentes raças.

³ Informações a serem completadas em caso de aprovação do artigo.



palavras chaves, existentes no acervo, em um período de cinquenta e cinco anos, em duas mil quinhentas e trinta e sete (2537) edições, a partir dos termos “Racismo”; “Preconceito de cor” e “Preconceito Racial”, encontramos respectivamente: quinhentos e setenta e seis (576), cento e cinquenta e dois (152) e cento e cinquenta (150) ocorrências. Desse levantamento, chegou-se a um grupo de matérias em que a questão racial no Brasil teve ênfase, sendo objeto de pauta. E do processo de verificação dos dados, com o foco na organização de um conjunto de matérias que pudessem ser analisadas, realizou-se uma relação desses termos, observando-se uma associação em pelo menos dois dos três termos pesquisados, em vários momentos.

Assim, deste cruzamento, obteve-se duas classificações de reportagens, as primárias, aquelas matérias em que o racismo foi tratado como temática principal; e as secundárias, aquelas em que os textos têm como foco central um personagem negro que discute sobre a discriminação racial. Desses resultados, foi possível observar que o espaço dedicado à temática racial ao longo do tempo foi bastante reduzido, tendo em vista o histórico sócio-racial do Brasil. Através desse processo de levantamento de dados acerca de reportagens que tratavam sobre o preconceito racial no país, observamos também que *Manchete*, no decorrer de quase 30 anos, ao longo de quatro décadas distintas, agendou em quatro momentos a pauta sobre relacionamento inter-racial no Brasil. A partir desse achado, o desenho da pesquisa aqui apresentada se configurou.

A escolha pela análise sobre os relacionamentos inter-raciais em *Manchete* se deu por sua relevância histórica e pela forte presença da temática racial dentro da sociedade brasileira naquele período e atualmente. Na revista, bem como em outras publicações, também na televisão e no cinema, as relações inter-raciais amorosas passaram a ter visibilidade e tornaram-se, até pelo menos a década de 1990, pauta de polêmicas e debates na opinião pública e entre consumidores dos meios de comunicação, muitas vezes trazendo à baila o debate sobre a democracia racial no Brasil⁴.

⁴ A “democracia racial”, ideia cunhada na primeira metade do século XX no Brasil (Guimarães, 2001), está atravessada por uma série de usos históricos, sendo revisada criticamente ao longo do tempo, principalmente pelos seus danosos efeitos de sentido. Como expressa Munanga (2004, p. 28), já no século XXI: “No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de ‘ação afirmativa’ e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro”.



Ao falar sobre relacionamentos inter-raciais, todos eles heterossexuais, a revista propunha uma memória própria e coletiva sobre o tema, em diálogo com temporalidades históricas e sociais brasileiras, fundamentando-se em um discurso que se nega – e até mesmo ameniza – a discriminação racial a partir do relacionamento afetivo inter-racial.

O estudo analisa as reportagens: “Amor em preto e branco”, presente na edição de nº 537 de 1962; “Amor em preto e branco”, publicada na edição de nº 1011 de 1971; “Casais Mistos: Retrato em preto e branco, veiculada na edição de nº 1809 de dezembro de 1986”, e “Casais PB”, inserida na edição de nº 2064, em 1991”. As reportagens analisadas compõem um conjunto das quatro matérias principais⁵ que retratam a união afetiva inter-racial na revista entre 1962 e 1991.

Considera-se que o olhar atento para este passado pode nos ajudar a compreender e refletir sobre o tempo presente. Nesta mesma proposta, este estudo se justifica por somar-se às poucas pesquisas em torno da representação de casamentos inter-raciais na mídia, principalmente no que diz respeito à construção do discurso jornalístico acerca de tais relacionamentos e de sua importância como promotor de sentidos na sociedade ao longo de muitos anos. Focalizar a questão de temporalidades e engendramentos dessa pauta na revista *Manchete*, percebendo a duração de uma pauta, é também um diferente foco investigativo, já que a perspectiva pouco aparece em pesquisas comunicacionais.

Em suma, o problema orientador deste estudo está assim proposto: como a pauta do relacionamento afetivo inter-racial trabalhada pela revista *Manchete* atualiza, ao longo do tempo, a ideologia do mito da democracia racial? O objetivo central da análise é

⁵ As matérias analisadas aqui compõem um conjunto de textos que buscavam discutir os relacionamentos inter-raciais brasileiros como foco principal. Na trajetória de *Manchete* há outras matérias, notas e enquetes que tratavam sobre a vida de personagens ou figuras públicas que estavam em um relacionamento inter-racial, não sendo o tema, porém, a discussão central. Nessa linha, vale citar as reportagens: "A carreira de Fio no futebol" (edição de nº 1105, ano 1973) e "Hélvia e Alfredo - o pesadelo na paraíso" (edição de nº 1591, ano 1982). Em 1972, na edição de nº 1048, uma nota ("Amor sem racismo") trazia o resultado de uma enquete que perguntava: "Você se casaria com uma pessoa de outra cor?". Segundo o resultado, 63,4% afirmavam "sim", 7,4% "não" e outros 29,2% "não opinaram". Curioso é o texto da nota, que vai ao encontro de uma visão harmônica sobre a questão racial na sociedade: "Todos sabem que o Brasil é um dos países que menos sofrem o problema racial, podendo o nosso país servir como exemplo de convivência entre as raças. O escasso preconceito ainda existente está sendo diluído cada vez mais rapidamente..." (p. 45). E há outras matérias nas quais os inter-raciais de outras nacionalidades também aparecem citados, como, por exemplo, na edição de nº 0367, de 1959, "A Carmem negra tem um amor branco" (sobre a atriz Dorothy Dandridge e seu par Jack Dennison) e na edição de nº 1588, do ano de 1982, "A incrível história do primeiro Bebê Nobel" (sobre casais que tiveram filhos a partir de inseminação).



problematizar como *Manchete* retrata os relacionamentos inter-raciais no período de quatro décadas e constrói sentidos acerca das relações étnico-raciais no Brasil, tendo no horizonte o imaginário acerca da democracia racial.

2. “Juntos e Misturados?” O relacionamento inter-racial no Brasil

Considerando o contexto sócio-histórico do Brasil, que se fundamentou em um discurso que nega ou ameniza a discriminação racial, há, em alguma medida, uma tentativa de se estabelecer a ideia do relacionamento afetivo inter-racial como sinônimo de miscigenação. A democracia racial como uma artifício utilizado, historicamente, para consolidar a imagem do Brasil como um país livre de tensões raciais – o que chegou a ser divulgado amplamente, inclusive pelo Estado (Maio, 1998) –, engloba um processo de construção de uma identidade nacional evidenciado pela mestiçagem e de uma maior “aceitação” do branqueamento da população, conforme aponta Munanga (1999) ao discutir criticamente o branqueamento como projeto político que se utiliza do discurso da mestiçagem como fórmula de consolidação da identidade nacional.

Tanto o branqueamento como a mestiçagem e as políticas multiculturalistas foram artifícios institucionais e simbólicos para produzir o imaginário específico de identidade nacional (Guimarães, 2001, Munanga, 2004). Ancorada no mito da democracia racial, a busca por branqueamento, como esforço simbólico de ascensão do “mestiço”⁶, resultou na desmoralização dos negros e na legitimação das desigualdades raciais⁷. Neste processo, alicerçada no contexto patriarcal, a mulher negra passa a ser considerada a mediadora entre brancos e negros.

⁶ Como aponta Schucman (2018, p. 43), “os efeitos da ideologia do embranquecimento e o fato de estereótipos negativos estarem diretamente associados à cor e à raça negra fizeram com que os brasileiros mestiços e grande parte da população com ascendência africana, de maneira geral, não se classificassem como negros, gerando um grande número de denominações para designar as cores dos não brancos, como moreno, pessoa de cor, marrom, escurinho etc. Portanto, essa forma de classificação não raramente eliminou a identificação dos mestiços com a negritude e fez com que estes não se classificasse como negros, bem como contribuiu para que permanecesse intactas todas as estereótipias e representações negativas dos negros”.

⁷ Mais sobre essas questões ver também: Schucman e Fachim (2016).



Ampliando o debate, acerca da mestiçagem e do projeto de democracia racial no Brasil, as representações dos relacionamentos afetivos inter-raciais no país nos levam a observar que, sob este cenário, as interpretações científicas variam de acordo com o contexto social. Por exemplo, no século XIX, no ápice do racismo científico, “a interpretação darwinista social” combinada com “a perspectiva evolucionista e monogenista” condenava as relações inter-raciais, diante da miscigenação, vista por muitos como sinônimo de degeneração (Schwarcz, 1993).

Na perspectiva de Pierson (1971), no contexto das mudanças sociais e efervescência do campo cultural, do casamento inter-racial, as principais barreiras se atribuem a questão de classe. Contudo, historicamente, a cor, no Brasil, é um princípio classificatório na sociedade. Em função das transações econômicas, a ideologia da democracia racial propôs uma vivência harmoniosa das raças na sociedade, o que resultou em uma sociedade veladamente racista. Dessa forma, essa ideia legitimou a estrutura das desigualdades, mantendo o controle social a grupos específicos (Hasenbalg, 1979). Algo que foi se construindo a partir da primeira metade do século XX.

Oracy Nogueira (2006, p. 298), ao discutir sobre “preconceito racial de marca” e “preconceito racial de origem”, vai explicar que

Não obstante acobertar uma forma velada de preconceito, a ideologia brasileira de relações inter-raciais, como parte do *ethos* nacional, envolve uma valorização ostensiva do igualitarismo racial, constituindo um ponto de referência para a condenação pública de manifestações ostensivas e intencionais de preconceito, bem como para o protesto de elementos de cor contra as preterições de que se sentem vítimas. Além disso, dado o orgulho nacional pela situação de convivência pacífica, sem conflito, entre os elementos de diferente procedência étnica que integram a população, as manifestações ostensivas e intencionais de preconceito assumem o caráter de atentado contra um valor social que conta com o consenso de quase toda a sociedade brasileira, sendo por isso evitadas⁸.

⁸ Segundo Nogueira (2006, p. 292), “considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem”.



Laura Moutinho (2001), ao refletir sobre as perspectivas em torno das relações inter-raciais na construção da ideologia de uma nação brasileira multirracial, observou a existência de equívocos, em torno da significância atribuída à miscigenação no Brasil, diante dos dados – do Censo Demográfico (1980)⁹ – que mostraram que as uniões inter-raciais (heterocromáticas) são menores do que se constata. Ou seja, os padrões de uniões no Brasil são, na verdade, em sua maioria, endogâmicos, haja vista que cerca de 80% das uniões matrimoniais aconteciam com pessoas da mesma cor.

A partir desse contexto, a autora analisa a historiografia social do Brasil no período pós-abolicionista na literatura brasileira. Na visão de Nina Rodrigues (1938) e Oliveira Vianna (1938), observa-se, como fator definitivo social, a existência de uma hierarquia de raça e gênero. Na outra linha, na visão dos teóricos Paulo Prado (1928), Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936), observa-se a construção de um Brasil de paixões e excessos, constituída, sobretudo pelo desejo e sexo do casal miscigenador: homem branco e a mulher negra/mulata.

Em torno dos relacionamentos afetivos inter-raciais duas questões se estabelecem: a exotificação/erotização e a mobilidade social. A primeira está relacionada nas relações informais caracterizados em sua maioria pelos homens brancos/ mulheres negras; enquanto a segunda estaria relacionada ao homem negro e a mulher branca em uma relação formal de casamento (Moutinho, 2001). No caso desta última, conforme a psiquiatra Neusa Santos Souza (1983), o negro que ascende baseado nesta relação encontra no percurso duas opções: “tornar-se negro” ou curvar-se ao “desejo de ser branco”; e, para os que assumem a segunda alternativa, o casamento inter-racial transforma-se no meio de contemplação desse desejo.

No Brasil, o racismo se estabelece em um cenário político, amparado pela ciência, no contexto de proximidade da abolição da escravatura, e no processo cultural, pós-abolição, que se constrói a ideia de uma sociedade multirracial democrática (Nascimento, 1978; Schwarcz, 1993 e 1996). A partir desse viés, pode-se compreender que o racismo é estrutural e nesse contexto o homem branco é privilegiado em todos os âmbitos,

⁹ Ver: Ribeiro e Silva (2009).



incluindo o afetivo (Almeida, 2019). Frente a essa questão, analisar as escolhas matrimoniais ou a seletividade marital implica na importância de se levar em conta fatores sociais e culturais, sobretudo, na perspectiva histórica do país. Como dizem Schuman, Mandelbaum e Fachim (2017, p. 442), apoiados em diversos autores, em estudo sobre famílias inter-raciais brasileiras, é importante ter-se em conta que “[...] raça é uma construção social que produz sentidos no cotidiano das pessoas e que engendra e mantém profundas desigualdades materiais e simbólicas nas vidas dos brasileiros”.

Nesse aspecto, entendemos que as revistas, a partir de suas especificidades remontam um lugar histórico e ideológico de um passado não tão distante. *Manchete*, ao construir sentidos sobre relacionamentos heterossexuais no Brasil, pauta as uniões afetivas inter-raciais de forma pontual, porém com intervalos temporais marcantes, indicando uma periodização acerca da leitura jornalística (e histórica) sobre o tema. A revista representa tais relacionamentos como um valor a ser conquistado e mantido para a efetivação de uma sociedade brasileira plural e multirracial, o que diz muito sobre sua linha editorial, sua manifestação ao longo do tempo, e seus respectivos diálogos com a realidade nacional.

3. “Aconteceu, virou *Manchete*”: o amor em preto e branco

Ao longo da história do jornalismo de revista no Brasil, são inúmeros os periódicos de grande abrangência que se destacam em seu papel de informar e criar opiniões. Surgindo como resposta a uma nova demanda do mercado cultural brasileiro¹⁰, a revista *Manchete* (1952-2007), sob o lema "Aconteceu, virou *Manchete*", consolidou seu nome com intenso investimento em inovação tecnológica na segunda metade do século XX. A informação jornalística e a visualidade eram sua principal mercadoria e uma “moeda de troca” favorável àqueles que detinham o poder (Pádua, 2013). Sob a direção de Adolpho Bloch, *Manchete* estabeleceu um estreito relacionamento com a elite nacional, incluindo políticos e empresários, mantendo vínculos políticos claros que

¹⁰ No século XX, as revistas ilustradas destinaram a fotografia, o papel de informar e em um intenso fluxo de relação da imagem com o texto: a fotorreportagem (Amorim, 2008). Nessa recente dinâmica comunicacional, a foto passa a apresentar um “ponto de vista especificamente visual sobre os acontecimentos” (COSTA, 2012, p. 315).



refletiam e moldava os costumes e questões da sociedade. No final dos anos 1960, tornou-se a revista semanal mais importante do Brasil, superando *O Cruzeiro*.

Atuando como uma “camaleoa” na mídia, adaptava-se às ideologias e interesses dos grupos no poder, o que garantiu sua sobrevivência e regularidade até o final dos anos 1990, em meio à instabilidade política do país (Bloch, 2008; Mira, 2001; Pádua, 2013; Pena, 2010), bem como moldou editorialmente o perfil de suas coberturas e pautas – como sobre o racismo e a democracia racial. Neste artigo, as reportagens analisadas sobre as relações inter-raciais, compõem um conjunto de quatro matérias que retratam esses relacionamentos entre 1962 e 1991.

“Amor em preto e branco” (1962) discute o baixo índice de casamentos legais entre os relacionamentos afetivos inter-raciais no Brasil. Aponta que, em um país onde se negar o racismo e a miscigenação é comum, os dados não deveriam ser baixos como mostram as pesquisas da época. Deste dilema, a matéria busca discutir as questões acerca da causa do fenômeno e se “Existe, ou não, complexo racial no Brasil?”. A reportagem, portanto, objetiva encontrar respostas a partir da vivência de alguns casais inter-raciais.

A segunda matéria, “Amor em preto e branco” (1971), com o mesmo título da reportagem de 1962, discorre sobre o aumento de casamentos inter-raciais e a intolerância de uma parcela da população brasileira, que desaprova a ascensão econômica, social e afetiva do preto em relação ao branco. A matéria, a partir das experiências de casais inter-raciais, debate as pressões socioculturais vivenciadas pelo grupo e aponta para a importância do fator socioeconômico nessas relações.

Com perspectiva diferente das demais, por anteceder a discussão acerca da nova Constituição (promulgada em 1988), a reportagem de capa “Casais Mistos/ Retrato em preto e branco” (1986) aborda a existência do preconceito racial, apontando para o nível folclórico das relações sociais frente à questão de raça. Neste enfoque, a reportagem ouve os casais inter-raciais que enfrentam críticas, além de ouvir Afonso Arinos, o responsável por criminalizar as manifestações de racismo no Brasil.

Por fim, em “Casais PB” (1991), tomando como referência o filme recém-lançado na época, *Febre na Selva* de Spike Lee, a revista aborda, para além dos relacionamentos inter-raciais, questões relacionadas a gênero e classe. A matéria traz para o debate o preconceito racial existente no Brasil como algo não restrito apenas ao branco, mas



também ao negro. Deste mote, *Manchete* ouviu sete casais inter-raciais que decidiram assumir a relação.

3.1. Entre o concubinato e o casamento legal: “Existe complexo racial no Brasil?”

Em quatro de agosto de 1962, a revista *Manchete* veiculou, na edição de nº 537, sua primeira reportagem com tema central sobre o relacionamento afetivo inter-racial. Com o foco em discutir o baixo índice de casamentos legais nas uniões “racialmente mistas” no Brasil, a reportagem se propõe a responder a partir da visão de casais inter-raciais, a questão: “Existe, ou não, complexo racial no Brasil?”.

Ocupando quatro páginas da revista, a reportagem de Ronaldo Bôscoli com fotografias de Hélio Santos, logo na abertura, aciona questões socialmente construídas ao longo da história das relações étnicas raciais no Brasil, a partir da fala do primeiro entrevistado, o ator brasileiro, conhecido como Chocolate, no momento casado com uma mulher de nacionalidade russa. O ator afirma que “se o branco que não gosta de prêtos deve ser reprovado, merece muito mais críticas o prêto que detesta brancos” (Bôscoli, 1962, p.92).

Enquanto na reportagem o ator é descrito por sua cor e seu bom humor, a esposa é descrita como bela. Chocolate afirma que “o bonito é bonito para todo mundo” (p. 92), distanciando-se do fato que o gosto é construído socialmente e que, neste contexto, a mídia desempenhou um importante papel. Neste aspecto, Chocolate, ao construir uma narrativa em que coloca o negro como inferior, diz “é claro que ela não pode ver aqui no ‘papai’ um Marlon Brando, mas nem todas as mulheres precisam de galãs...” (p. 92). O ator citado foi um dos galãs da “era de ouro” do cinema, símbolo perfeito do padrão imaginado como belo.



Figura 1: “Amor em prêto e branco” | *Manchete*, nº 537 de 1962
Fonte: Reprodução dos autores

Essa primeira entrevista nos leva a crer que, sendo as relações inter-raciais atravessadas por um contexto de colonização e dominação sistêmica por europeus sobre a população afro-diaspórica no Brasil, “o status de raça, manipulado pelos brancos, impede que o negro tome consciência do logro que no Brasil chamam de democracia racial e de cor” (Nascimento, 1968, p. 22). E, nesse aspecto, observamos que há na primeira fala de Chocolate uma construção associativa a falácia da democracia racial, onde o negro é posto veladamente em detrimento ao branco.

Do outro lado, a reportagem apresenta Eugênio Hirsch, um publicitário que “encara a situação com amargura” (Bôscoli, 1962, p.93). Casado há um ano e meio, com uma “deusa negra” aponta ter passado por dificuldades no início da relação, e complementa que a existência do racismo no país se apresenta sendo “não de raça, mas de côr”. Retomando o pensamento de Blummer, a partir de Freyre, Pierson, Wagley e Harris, o entendimento de Eugênio Hirsch, um homem branco, casado com uma negra, remonta indiretamente à corrente desses teóricos que, nas décadas de 1940 e 1950, apontam que o



preconceito racial no Brasil se caracterizava pela questão de cor, baseado no “etnocentrismo europeu da simbologia das cores, ainda que modificado pela caracterização racista do século XIX” (Guimarães, 2012, p. 60). Essa questão no plano simbólico reflete o pensamento de que no Brasil a democracia racial poderia ainda existir.

Em seguida, a matéria apresenta Dirce Migliaccio (Bôscoli, 1962, p. 93), atriz de teatro e cinema que se relaciona há oito anos com Lio, homem negro, de quem ela conta ter descoberto sua cor através de uma fotografia, em uma viagem a São Paulo: “Só então [...] olhando para uma fotografia que levava comigo, percebi que o Lio era escuro. Saímos juntos durante trinta dias e eu não conseguira ‘vê-lo’ preto...”. A atriz afirma que o país é “cheio de preconceitos e o da cor da pele é o mais evidente”.

A justificativa de Dirce Migliaccio frente à questão racial do Brasil se processa na mesma linha de Eugênio Hirsch, ao tratar a questão do preconceito sendo apenas uma questão de cor da pele. Sob esse entendimento, Munanga (1999) aponta criticamente que ao “mulato” foi destinado um lugar “especial” na sociedade. Ele se tornou racialmente mais aceito, para uma parcela da população que, ainda sob os moldes das teorias raciais de branqueamento, entendia-o como uma atribuição positiva. No entanto, observa-se também que para outra parcela, mesmo Lio sendo “mestiço” negro de pele clara, ou ainda pardo, seu lado negro era totalmente visível para muitos.

No final, o texto afirma que “nem todos os casais mistos se comportam com a mesma naturalidade de Dirce e Lio” e apresenta o último casal, um jovem negro e uma moça loura, ambos recusando-se “terminantemente” a posar para fotografia (Bôscoli, 1962, p.93). A moça conta que embora o ame, sente certo “receio de aparecer em uma revista” ao lado do marido negro. A reportagem conta que o casal revelou que completaram dois anos de casamento, e que, durante esse período, houve uma briga familiar, na qual o irmão da moça o chamou de negro e ele não gostou e a julgou culpada, pele “incidente” (Bôscoli, 1962, p.93). Mais tarde, a matéria nomeia o casal como “João e Maria”, para simbolizar o “preconceito de cor ou racial que, apesar das leis repressivas, ainda parece existir no Brasil” (Bôscoli, 1962, p.93). Esse casal, para além de simbolizar “o preconceito racial ou de cor”, demonstra como essas relações ocorrem no viés valorativo da raça.



3.2. A união inter-racial como forma de igualdade?

Nove anos mais tarde, *Manchete* publicava em quatro de setembro de 1971, na edição de nº 1011, a segunda matéria que possuía como tema central os relacionamentos afetivos inter-raciais. Enquanto a matéria de 1962 trazia como abordagem o baixo índice de casamentos legais entre casais mistos, em 1971, a reportagem trazia como abordagem a maior frequência de uniões afetivas inter-raciais e coloca em debate: “Até que ponto a sociedade brasileira está aberta, para permitir que negros não só acendam na escala econômica e social, como também se casem com brancos?” (Cavalcante, 1971, p.69).

Nesse enfoque, a matéria propõe discutir a união de homens negros com mulheres brancas no Brasil, um lugar em que não “[...] há uma consciência geral de uma sociedade branca (o que significa que o preconceito de cor é mínimo ou toma outras formas)” (Cavalcante, 1971, p.69).

Escrita pelo jornalista Gilberto Cavalcante (1971, p.70) a matéria inicia apontando que “à medida que a mulher – branca ou negra – se torna um elemento ativo na sociedade e passa a tomar a iniciativa na conquista amorosa, todas as barreiras de cor entre os sexos começam a cair”. Após o casamento, muitas vezes o amor se deteriora diante da pressão contínua do casamento. Segundo o texto, uma solução encontrada por casais racialmente mistos é se mudarem para outra cidade, onde o preconceito racial não é tão arraigado.

Assim como em 1962, *Manchete* remonta à ideia de que no Brasil não há preconceito propriamente dito, dessa vez pelo viés das misturas raciais existentes no país. A reportagem aponta um crescimento no índice de uniões inter-raciais, fator esse que contribui para a manutenção de uma sociedade com diferentes características raciais e em última instância cria-se uma ideia contínua de que as relações inter-raciais tornam o Brasil um país em que o preconceito racial é mínimo “ou toma outras formas” (Cavalcante, 1971, p.69). Essa última opção sugere uma aproximação maior da realidade brasileira.



Figura 2: “Amor em prêto e branco” | *Manchete*: n° 1011 de 1971
Fonte: Reprodução dos autores

Em se tratando das escolhas conjugais no país, o índice de casamentos inter-raciais passou de um em cada dez casais em 1960, para um em cada três em 2000. De acordo com Ribeiro e Silva (2009), os dados nos levam a debater as estruturas das relações raciais no país, que se articulam com o debate de gênero, ao posicionar a mulher como um ativo social e a questão da parentalidade nessas relações, que em muitos casais relaciona-se com desconfortos e tensões familiares (Barros, 2003).

No caso do primeiro casal apresentado na reportagem, Ariane e Bruce moram em Paris – ela é negra, natural da Guiana Francesa – ele é branco, nascido na Califórnia. Conheceram-se em uma festa em Paris e se casaram dez meses depois. Bruce, filho de uma tradicional família estadunidense, aponta que cresceu em um ambiente de segregação – seu pai era racista convicto (Cavalcante, 1971).

Outro fator que ganha destaque nas relações é a mitificação ou exotificação dos pares negros. Já no Brasil, a reportagem aponta que “nem sempre as coisas são tão fáceis”



e focaliza a história de Arlete Sales e Tony Tornado, que vivenciam uma pequena crise familiar (Cavalcante, 1971, p.70). Arlete conta que embora Tony estivesse no auge, sua família reprovou sua escolha, fazendo com o casal assumisse uma postura mais rígida frente aos comentários sobre a união. No entanto, segundo ela: “Nem sempre esses comentários querem dizer preconceitos” e acrescenta: “Toda branca gostaria de ter um negro, principalmente as loiras [...]. O negro representa para elas uma espécie de símbolo de potência, de força, é a raça quente” (Cavalcante, 1971, p.71). A frase dita por Arlete demonstra o ideal construído em torno da hipersexualização do corpo negro e fornece a nós também horizontes para pensar acerca da ideia proposta por Florestan Fernandes, que remonta a ideia de no Brasil, existe o preconceito em ter preconceito.

Como o próprio intertítulo resume, “O fator econômico é vital num casamento misto” (Cavalcante, p.72), coloca em debate a questão econômica como fator final para concretização dessa união. Em um movimento para falar sobre as relações econômicas, a reportagem recorre a história de Leninha e Dr. Nilson Rossi – ela uma aluna e ele um professor de matemática.

Quando começaram a namorar, segundo o texto, não faltaram comentários sobre o fato de a moça namorar um negro. Na família dele, ele recebeu comentários não menos radicais, como: “Você está namorando uma branca! Pretende casar mesmo? Cuidado para não ser passado para trás por um branco” (Cavalcante, 1971, p.72). Casados há 15 anos, com dois filhos, mudaram-se para o Rio; ele atua como médico pediatra e diretor do pronto socorro infantil de Bonsucesso.

Segundo Leninha, “no Brasil, o preconceito de cor é velado. Ou puramente social, porque, a partir do momento em que o negro se destaca em sua profissão ou tem posses, o problema de cor deixa de existir” (Cavalcante, 1971, p.72). A reportagem utiliza também como exemplo as figuras de Pelé, Jorge Bem Jor e Simonal, homens negros bem-sucedidos, casados com mulheres brancas, que afirmam não terem passado por preconceitos familiar ou social. Remontando a ideia apresentada por Leninha, de que a questão econômica é um fator que influi sobre o aspecto da relação inter-racial.

Tanto na matéria de 1962 quanto em 1971 há um número maior de uniões formados por homens negros e mulheres brancas. Nessas relações, a aparente desvantagem pode vir ser amenizada de acordo com o status financeiro do homem negro



(TELLES, 2003). No entanto, a posição social deste homem sempre será permeada por estigmas existentes sobre a cor da pele como no caso de Arlete e Tony. Sob essa mesma esfera, é importante ressaltar a ênfase que a reportagem atribui a condição da mulher na sociedade, em torno da pergunta: “Você deixaria a sua filha se casar com um negro?”, a matéria remonta a ideia da mulher como um troféu social, onde nesse posicionamento, no plano do não dito, às mulheres negras é destinado o local de “pouco ou nenhum amor” (hooks, 2000, p. 188).

3.3. Raça e sociedade: superando o “nível folclórico das relações”?

Com intervalo de 24 e 15 anos, respectivamente, das reportagens que tiveram como temática o relacionamento afetivo inter-racial, no dia vinte de dezembro de 1986, a revista *Manchete* publicou a reportagem de capa: “Casais Mistos/ Retrato em preto e branco”, escrita por Lilian Bem David. Nesta edição de nº 1809, a revista aborda novamente o tema a partir da vivência de casais racialmente mistos, que mostram o enfrentamento frente às críticas advindas do preconceito racial vivenciado por eles.

Com a visão de que “no Brasil, o casamento inter-racial ainda é motivo de choque cultural” (David, 1986, p.81), a reportagem inicia com a concepção de que devido à existência de um perfil racial mestiço, a união de casais inter-raciais é comum no Brasil, “a não ser quando o caso acontece em sua própria família”. A matéria aborda que diante da disparidade social entre o negro e o branco no mercado de trabalho, nos papéis em telenovelas, a visão do “O negro bem-sucedido profissional e socialmente ainda é uma exceção, no país que aplaude a Lei Afonso Arinos” (David, 1986, p.81).

Trinta e cinco anos após a criação dessa Lei, o autor entrevistado relembra que no momento da apresentação do projeto de Lei, o Deputado Gilberto Freyre foi o único que se manifestou a favor. Criada a partir de um episódio de preconceito vivenciado por seu motorista negro José Oliveira que, acompanhado de sua esposa alemã Alzira Nunes de Oliveira, foi barrado em uma confeitaria, Afonso Arinos reconhece que na Lei havia falhas. Já, em 1967, após uma correção, o preconceito racial passou a ser crime. A partir desse contexto, a matéria reflete que embora a Lei aponte que “é crime qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos. Ninguém será prejudicado ou



privilegiado em razão de nascimento, raça, cor, sexo, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou qualquer particularidade ou condição social” (David, 1986, p.82).



Figura 3: “Casais Mistos: Retrato em preto e branco” | *Manchete:* nº 1011 de 1971
Fonte: Reprodução dos autores

A matéria discute que a mentalidade da sociedade brasileira precisa “evoluir”, exemplificando os constrangimentos passados pelos casais que vivenciam o relacionamento misto como, por exemplo, Cláudio Adão, 30, negro, jogador de futebol e Paula Barreto, 27, branca, filha do cineasta Luís Carlos Barreto. Recém-contratado por um time de futebol na Bahia, ele relata sobre o preconceito vivenciado por ele na cidade. O jogador aponta que “o povo brasileiro é racista por debaixo do pano” (p.82). Por outro lado, segundo a matéria, Paula não se incomoda tanto quanto Cláudio. Ela se apaixonou e afirma: “Quer saber? Ninguém é culpado do racismo. É um problema de educação, de condicionamento” (p.82).

Segundo ela, a mãe foi contra: “Não podia ser diferente. Garanto que nenhuma mãe, dentro dos padrões atuais, ficaria contente de saber que sua filha única quer se casar



com um preto”, evidenciando uma relação valorativa entre o negro e o branco (David, 1986, p.82). Em um posicionamento mais maduro, reconhecendo de antemão a existência do preconceito racial no Brasil, a matéria ainda dialoga com a ideia de que as condições de classe amenizam o preconceito racial no Brasil.

Como afirma Nascimento (1978), diante das relações de poder instituídas pela colonialidade, estabelece-se em sentido amplo a condição do negro sendo inferior ao branco:

devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (Nascimento, 1978, p. 92).

Na sequência, a atriz Adele Fátima, 32, casada com o engenheiro Marcelo Brandão Carneiro, 32, declara que na sua casa “Não existem cores” e sim “pessoas” mesmo vivendo cercada por preconceito (David, 1986, p.82-83). Ela ainda se queixa pela televisão alimentar o preconceito, atribuindo sempre a negros papéis secundários. O terceiro casal apresentado, a estilista Biza Viana, casada com ator e diretor negro Zózimo Bulbúl, complementa a fala de Adele, ao apontar que: “atitude do negro tem que ser guerreira em relação à cultura estabelecida” (David, 1986, p.83). Segundo Biza, a cultura do país é em grande medida oriunda dos negros. Zózimo ao complementar, aponta que o brasileiro não aparece na televisão tal qual como deveria.

Na tentativa de trazer para o debate a existência de personagens importantes para a liberdade do negro, a revista remonta brevemente a história de Zumbi dos Palmares. O texto inicia com a afirmação: “Os negros trazidos da África como escravos não tinham um temperamento tão dócil e passivo como relata a história oficial” (David, 1986, p.83). A matéria aponta que os negros durante todo o processo da escravidão buscaram a liberdade; e um dos meios encontrados para alcançar tal objetivo foi à criação dos quilombos, povoações em que se reuniam, dentro de florestas para viverem livres, como é o caso de um dos maiores quilombos que já existiu no Brasil, o Quilombo dos Palmares, no interior de Alagoas.



A reportagem complementa que diante da “traição de Ganga-Zumba”, que “abandonou a capital do quilombo em troca de terra e da liberdade dos que haviam fugido dos engenhos”, nasce Zumbi, que permaneceu em Palmares, conseguindo reunir novamente uma grande população negra.

A reportagem levanta uma questão fundamental: embora o acontecimento em torno da história do Quilombo de Palmares e a morte de Zumbi simboliza um marco, na época se fez pouco conhecido e como a própria matéria acrescenta “mal explicado pela história oficial” que optou por repercutir o 13 de maio, quando Isabel promulgou a Lei Áurea (David, 1986, p.83).

Apontado pela reportagem como um dos “nomes mais conhecidos, entre os que participam da luta pela conscientização quanto à questão racial”, Gilberto Gil, também, um dos entrevistados, afirma que os negros passaram a recusar “a imposição de categoria selvagem” (David, 1986, p.84). Este movimento foi necessário para superação dos níveis folclóricos das relações e ainda se refere à necessidade de um basta ao “socialismo moreno”. Para o cantor, é necessário que se eleve “a consciência e participação do negro” questão essa, “muito ligada à própria elevação das bases da pirâmide social brasileira” (David, 1986, p.84).

Sob uma nova perspectiva, o jogador Marinho, casado com Tânia, aponta à resistência de ambas as famílias em aceitar a relação. Tânia conta que sua filha se questionava pela diferença de cor. Já Marinho sente dúvidas quanto à nova Constituição do Brasil, segundo ele “a cabeça das pessoas que tem que mudar”. Encaminhado para o fechamento da matéria, Gilberto Gil, afirma que o reconhecimento de Palmares significa um marco importante, traçando um comparativo com a importância de Tiradentes, símbolo das “Diretas já”. Gil referencia Zumbi como símbolo do pedido de “Democracia Racial, Já” (David, 1986, p.84).

A matéria antecipa uma questão que necessitava ser discutida no âmbito das políticas sociais, tendo em vista que até o momento, desde a existência da primeira lei que criminaliza a discriminação racial, foram modestas as mudanças sociais frente aos estigmas sociais em torno do homem e da mulher negra. Tendo isso em vista, a matéria, de maneira muito peculiar, discute a necessidade de discutirmos a importância de termos



o negro como um elemento social que, nutrido por condições sociais, pode vir a desenvolver e habitar um espaço onde a democracia racial se torne realidade.

3.4. Febre na selva: desejo, cor e “ascensão”

Manchete, em sua edição de nº 2064, publicada em dois de novembro de 1991, trazia sua última reportagem ao longo de quatro décadas sobre o tema do relacionamento inter-racial. Guiada a partir do filme *Febre na Selva*, de Spike Lee, que conta a história de um amor inter-racial no contexto do racismo nos EUA. Tendo como referência o filme, a reportagem de Tarlis Baptista (Rio) e Nancy Campos (São Paulo), apresenta a experiência de sete casais inter-raciais, no Brasil.



Figura 4: “Casais PB” | *Manchete*: edição de nº 2064, em 1991
Fonte: Reprodução dos autores

“Como no filme *Febre na Selva*, os casais em preto e branco no Brasil assumem o amor e enfrentam o racismo na busca da felicidade” (Baptista; Campos, 1991, p.71), traçando um perfil comparativo entre as uniões afetivas entre o Brasil e o EUA. A matéria



presente na editoria de comportamento remonta a vivência de sete casais, em sua maioria, homens negros e mulheres brancas.

A reportagem enquadra a ideia de que a união afetiva é capaz de demonstrar a não existência de separação de etnias, como ocorre dos EUA, sendo um fator que facilita a interação. Baseando se no roteiro no filme de Spike Lee, a reportagem traz um comparativo. Glória Helena Tavares e Marcos Tadeu Rosa se conheceram na empresa que trabalhavam em 1986, ela era secretária executiva de “sangue italiano”. Já Marcos atuava na área de informática e não tinha contato direto com Glória. Marcos, “dono de uma empresa de exportação coloca na mesa outra face das questões racistas: as pessoas no Brasil não estão acostumadas a ver negros socialmente bem-sucedidos, o que cria situações até embaraçosas” (Baptista; Campos, 1991, p.72). Uma das questões levantadas pelo entrevistado diz sobre o processo de ascensão profissional dificultado pelo preconceito racial.

Na sequência, a história de Denise e Pipoca – ele jogador da seleção brasileira de basquete – conta que o casal se conheceu em Belo Horizonte durante um campeonato juvenil de basquete em 1980. Para Pipoca, a formação de casais mistos entre atletas é algo muito “natural”. Em outra história, Carlos e Sandra que se conheceram na faculdade, ele cursando Matemática e ela Química, afirmam nunca terem sofrido preconceito. Segundo eles, a cor da pele não foi motivo de atração ou afastamento, mas sim as divergências políticas em uma greve de professores. Logo depois, porém, se tornaram amigos, namorados e casaram-se em 1989.

Sandra conta que aos 15 anos namorou um rapaz negro e a família foi contra. Mais velha, morando sozinha, a família que não pode mais opinar, “adora” Carlos Alberto. Segundo ela, o preconceito acabou quando os outros irmãos de Sandra optaram por se relacionar também com parceiros pretos. Já a família de Carlos não fez restrição a Sandra. Segundo Carlos, todas as namoradas anteriores eram brancas. Na opinião de dele, “às vezes o negro é muito racista. Se o rapaz negro namora uma moça negra, já se cria a barreira, porque as pessoas julgam: ‘é negro, é pobre’” (Baptista; Campos, 1991, p.72). Sandra, aproveita o exemplo e conta um fato que aconteceu no dia do casamento. Segundo ela, uma de suas tias espanholas, radicais, cochichou e perguntou para a mãe: “Loli, você



já pesquisou a vida de Carlos Alberto? Ele é negro e todo negro é maloqueiro” (Baptista; Campos, 1991, p.72).

A matéria traz também a história de Antônio Cardim Barbosa, engenheiro e filho de um conhecido médico baiano, que foi paquerado por sua mulher, Maria Izete Pereira Barbosa, secretária, durante muito tempo. Ele conta que Antônio era muito tímido, ela que tomou iniciativa. Eles relatam que em uma festa em Salvador, dançaram a noite toda e ao fim, ao oferecê-la para levá-la para casa, ela teve uma postura racista: “Pensei que ele ia me levar de táxi, de ônibus ou num carro velho. Era um carro novo, fiquei até envergonhada” (Baptista; Campos, 1991, p.73)

O namoro de Maria Izete e Antônio Cardim Barbosa aconteceu às escondidas dos parentes. Quando decidiram se casar, já haviam experimentado algumas decepções. As amigas de Maria diziam que ela era muito bonita para se casar com um negro. Já Antônio temia que a família fosse pensar que a esposa estivesse interessada na posição econômica que tinham. “Tudo isso sem falar nas atitudes claras de discriminação que sofreram nos restaurantes e em outros locais aonde chegávamos”, conta Antônio, engenheiro da Petrobrás em Salvador (Baptista; Campos, 1991, p.73).

A reportagem retoma o filme de Spike Lee, *Febre na Selva*, ao situar Paula Barreto Adão. Ela conta que foi com determinação que ela e Cláudio Adão, o jogador de futebol, superaram todas as dificuldades que surgiram quando decidiram casar-se. Cláudio relata que a família não aprovava a união. Casados há 14 anos, o casal tem dois filhos – Camila, 7 anos e Felipe, com 5 anos, e segundo ele, nunca enfrentaram problemas nas cidades e países onde Cláudio exerceu sua profissão. Paula aponta que um detalhe a chamou atenção no filme de Spike Lee, segundo ela, “arquitetos negros podem até existir, mas não conhece nenhum no Brasil” (Baptista; Campos, 1991, p.74).

Ao final da matéria, conhece-se o ator Romeu Evaristo, casado há sete anos com Elizabeth Nahas, filha de um tradicional comerciante do Rio. Se conheceram na faculdade, Romeu cursando Jornalismo e Elizabeth, Pedagogia. Elizabeth conta que quando iniciaram o namoro a frase que mais escutou foi: “Eu não cortei e não estou arrependida”, declara (Baptista; Campos, 1991, p.74). Eles enfrentam problemas não de preconceito, mas de inveja. Segundo Romeu, que interpretou o Saci no programa televisivo *Sítio do Pica Pau Amarelo*, o amor é maior que tudo.



A última reportagem da revista *Manchete* com foco na questão dos relacionamentos inter-raciais, embora seja justificada pelo lançamento do filme *Febre na Selva*, se apresenta em um cenário muito mais complexo. De acordo com o Censo demográfico de 1991, a população de negros e pardos no Brasil correspondia a 59,3 milhões em um total de 138,5 milhões de habitantes. Desde a restauração do estado democrático a partir de 1985, o Brasil passou a enfrentar uma intensa crise econômica, social e política, como reflexo da ausência da inserção de políticas sociais no período pós-abolicionista e a construção de uma cultura que apontava o Brasil como democracia racial; nesse cenário, o negro passou por intensos processos de marginalização que perduram até os dias atuais.

A matéria, entre vários pontos já apresentados anteriormente, transmite a ideia de que as mulheres brancas são as maiores responsáveis pela liberdade de escolha de todas as mulheres, possibilitando a existência dessa união afetiva inter-racial. Nessa esfera, assim como em 1971 e 1986, a reportagem remonta a ideia de que as mulheres negras socialmente têm sido consideradas “só corpo, sem mente” (hooks, 1995, p. 6).

Andrews (1997) aponta que, dadas as condições sociais do Brasil no período pós restauração do governo civil, o país enfrentava uma séria crise de identidade nacional, demandando a construção proposta por Freyre, de uma identidade nacional, pautada na democracia racial – o que nunca existiu de fato. A reportagem traz novamente uma tentativa de comparação social com os EUA, e remonta mesmo com as similaridades a ideia de que no Brasil o preconceito racial é amenizado pelas relacionamentos inter-raciais, e que para alguns mesmo com discriminações familiares, o amor é visto como sinônimo de superação das discriminações.

4. Considerações finais

Analisar as escolhas matrimoniais ou seletividade marital implica na importância de se levar em conta fatores sociais e culturais, sobretudo, na perspectiva histórica do Brasil. Nesse aspecto, entendemos que as revistas, a partir de suas especificidades, remontam um lugar histórico e ideológico de um passado não tão distante.



As relações étnico-raciais no Brasil, se constroem, em grande medida, pela cultura, e neste contexto, as revistas, ao suprirem a necessidade do leitor (Scalzo, 2004), informam, trazem cultura e entretenimento. Diante disso, *Manchete*, ao construir sentidos sobre as relações raciais no Brasil, utiliza como plano de fundo as uniões afetivas inter-raciais. *Manchete* representa a partir do relacionamento afetivo inter-racial heterossexual um valor a ser conquistado e mantido para a efetivação de uma sociedade brasileira plural e multirracial.

Silvia Ramos (2007) observa que em todos os âmbitos sociais no país existe a negação do racismo; e que essa negação mantém a problemática num lugar de camuflagem. Assim, *Manchete*, ao agendar a pauta do relacionamento inter-racial, opera construindo uma representação que confirma que apesar das diferenças socialmente construídas – configuradas no campo da valoração do preto e o branco –, no contexto da afetividade essa relação pode acontecer, porque o “amor tudo supera”. Desse modo, tem-se como sugestão a ideia de que no Brasil, o racismo pode ser amenizado com a união das diferenças. Neste sentido, empregando o jornalismo como um construtor de realidades, *Manchete* mobiliza sentidos sobre o relacionamento inter-racial de modo limitado. Uma vez que assim como essa relação pode significar um interesse de ambas as partes por romper barreiras socialmente impostas, pode também revelar um reforço das diferenças, se levados em consideração os recortes de classe e gênero.

Em vista disso, no Brasil, *o amor não tem cor?* De certo modo, no mundo ideal, todos podem se relacionar com quem quiser, tendo em vista que o amor é uma construção social, e “são os discursos e práticas sociais que permitem que o amor ‘exista’ da forma como ‘existe’, que seja sentido da forma como é sentido” (Dias; Machado, 2011, p.504). Vale dizer, entretanto, que sendo o Brasil um país estruturado pelas questões raciais, o racismo atravessa historicamente, como vestígio de colonialidade, todas nossas relações e tem o poder, inclusive, de definir nossa forma de amar. Como explica Munanga (1999), desde as primeiras relações inter-raciais da história, há uma presença da violência, inclusive sexual¹¹.

¹¹ Fanon (2008), observando um contexto histórico-geográfico mais amplo, atribui à colonialidade as profundas marcas das estruturas raciais na subjetividade dos negros, que afetam sua autopercepção, seus anseios e papéis sociais.



Nas quatro reportagens de 1962, 1971, 1986 e 1991 há um movimento, já na titulação, que fomenta a separação de “raças”, assim propondo o amor em “preto e branco”. O que retoma uma evidente distinção separatista em uma ação de possível mistura, a partir dessas relações afetivas culminando na ideal de união das diferenças¹². Assim, observamos que a pauta do relacionamento inter-racial é revisitada em *Manchete* por essa tentativa de aproximação ao progresso, que ainda permanece calcada no viés de valorização do branco em relação ao negro. E, durante décadas, demonstra que a revista segue uma orientação pouco mutável de mundo.

Em um sistema de constante mudanças sociais ligadas diretamente a fatores como raça, classe e gênero atribui-se ao jornalismo a ação de transformação de significações culturais a marcas sociais e históricas do país. Como se propõe nas reportagens de 1986 e 1991, no entanto, a valorização do negro, socialmente, estaria restrita ao fator econômico. Essa tradução, dado o acontecimento do aumento de uniões afetivas inter-raciais, está distanciada da complexificação das questões históricas de um sistema que atribui a população negra o papel de subalternidade e dificulta a partir das raízes racistas coloniais do país a ascensão não só econômica, mas social do negro.

Por fim, conclui-se que a pesquisa aqui apresentada atravessa questões atuais e percepções que foram atuais, ainda nas décadas em que o assunto foi retratado. Nesse sentido, observa-se, entre muitas atualizações, os apagamentos sexuais e de gênero existentes nos períodos, uma vez que as matérias analisadas representam as relações de casais heterossexuais que podem dizer sobre questões sociais históricas em torno do patriarcado, bem como sobre as complexidades que envolvem esse sistema de opressão. E sob essa e outras perspectivas apresentadas, nesse artigo, convém reforçar a provocação que acompanha essa pesquisa: apenas o amor, nessas relações, basta?

5. Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

¹² Assim *Manchete* propõe um diálogo, que aponta: se eu amo uma pessoa que é tão diferente de mim (sendo eu, historicamente, superior) logo é inexistente o preconceito racial.



ANDREWS, George R. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. **Estudos Avançados**, v. 11, p. 95-115, 1997.

BARROS, Zelinda dos S. **Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça**. Dissertação de Mestrado. PPG em Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 2003.

BAPTISTA, T. & CAMPOS, N. Casais PB. **Manchete**. Rio de Janeiro, ano 1991, ed.2064, p.70-74. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/270942> Acesso em 12 Mar. 2022.

BLOCH, Arnaldo. **Os irmãos Karamabloch**: ascensão e queda de um império familiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BÔSCOLE, Ronaldo. Amor em Prêto e branco. **Manchete**, Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/45956> Acesso em 12 Mar. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CAVALCANTE, G. Amor em preto e branco. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 1971, ed. 1011, p.68-73. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/117107> Acesso em 12 Mar. 2022.

DAVID, Lillian B. Casais Mistos: Retrato em branco e preto. **Manchete**, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1986. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/242118> Acesso em 12 Mar. 2022.

DIAS, Ana Rita C.; MACHADO, Carla. Amor e violência na intimidade: da essência à construção social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 496-505, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/s5Wfsk8tbpnzMNj6fm4pgSt/?lang=pt> Acesso em: 02 Abr. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**, 2 vols. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt Ltda., 1933.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 147-162, nov. 2001. Disponível em:



https://arquivo.ibccrim.org.br/docs/humano_2014/guimaraes.pdf Acesso em: 02 Mai. 2024.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

hooks, bell. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras**. Nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, p. 188-198, 2000.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 3, n. 2, Florianópolis, UFSC, 1995, p. 464-478.

MAIO, Marcos C. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 5, p. 375-413, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/z8ZdVvMKhtdQkL7qfh6pSTG/> Acesso em: 02 Abr. 2024.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**. São Paulo: Olho D'água, 2001.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto. (Org) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Ed. UFF: Niterói-RJ, 2004. p. 16-34.

MUNANGA, Kabengele. Ambiguidade Raça/classe e a mestiçagem como mecanismos de aniquilação da identidade negra e afro-brasileira. In: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 84-89.

NASCIMENTO, Abdias. **O branqueamento da raça: uma estratégia de genocídio**. Nascimento A. O genocídio do negro brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. **O Negro revoltado**. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1968.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1., p. 287-308, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf> Acesso em: 12 Mai. 2024.



PÁDUA, Gesner D. Manchete: a cortesã do poder. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 2, n. 2, p. 213-222, 2013. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4121> Acesso em: 04 Abr. 2024.

PENA, Felipe. **Seu Adolpho**: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.

RAMOS, Silvia. **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

RIBEIRO, Carlos Antonio C.; SILVA, Nelson do V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade conjugal no Brasil, 1960 a 2000. **Dados**, v. 52, n. 1, pág. 7-51, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/SgNGd7TZsxGhWrtHJhJffps/> Acesso em: 02 Abr. 2024.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHUCMAN, Lia V.; MANDELBAUM, Belinda; FACHIN, Felipe L. 'Minha mãe pintou meu pai de branco': afetos e negação da raça em família interracial. **Revista de Ciências Humanas**, v. 52, p. 439-455, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/2178-4582.2017v51n2p439/35691> Acesso em: 02 Mai. 2024.

SCHUCMAN, Lia V.; FACHIN, Felipe L. A cor de Amanda: identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras. **Interfaces Brasil/Canadá**, v. 16, p. 182-205, 2016. Disponível em: <https://periodicos-old.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/10001> Acesso em: 02 Mai. 2024.

SCHUCMAN, Lia V. **Famílias Inter-raciais**: tensões entre cor e amor. Salvador: EDUFBA, 2018.

SCHWARCZ, Lilia K. M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 18, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901> Acesso em: 16 Nov. 2023.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 99-133.



SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil.** Editora Vozes, 1999.

SOUZA, Rolf R. As representações do homem negro e suas consequências. **Revista Fórum Identidades**, Ano 3, Vol. 6, pp. 97-115, 2009.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** São Paulo: Relume Dumará, 2003.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** Brasília: Companhia Editora Nacional, 1938.